

EDUCAÇÃO INFANTIL NA CONTEMPORANEIDADE: TECENDO CENÁRIOS

*EARLY CHILDHOOD EDUCATION
IN THE CONTEMPORANEITY:
WEAVING SCENARIOS*

Maria Olinda S. de Sousa Pimentel

Universidade Federal do Pará

RESUMO

Transformações no cenário político e científico mundial mudaram a concepção de criança e consequentemente a de infância. Na atualidade, a criança é entendida como um ser humano complexo que vive um momento específico de sua existência, tempo de acelerados processos que possibilitam sua inserção no meio sociohistórico em que vive. É um ser humano portador de cultura e competente o suficiente para participar na construção da sua história e da sociedade. Nessa linha de raciocínio, este texto tem por objetivo trazer, ao debate, reflexões sobre a questão posta por teóricos contemporâneos que qualificam o Século XX como "o século da infância", considerando que os avanços apontados acima ocorreram nesse período da nossa história. No entanto, a condição real da criança, particularmente em nosso país, não corresponde ao que esse *slogan* pretende expressar. Estudos em diversos campos do conhecimento advogam que a criança tem o direito de viver sua vida com dignidade e que cabe aos adultos e à sociedade como um todo, destacadamente ao poder público, garantir o seu direito de viver uma infância saudável, segura, em situações que alimentem a sua curiosidade e criatividade. Cabe aos educadores do Século XXI intervir na história da infância e da Educação Infantil, no sentido de transformar esse discurso em realidade.

Palavras-chave: Infância. Criança. Cenários da Educação Infantil. Educação Infantil na Amazônia. Grandes Problemas e Desvios da Educação Infantil.

ABSTRACT

Transformations in the world political and scientific scenario changed the conception of child and consequently of childhood. Currently, child is understood as a complex human being who lives a particular moment of his/her existence, time of accelerated processes that enable his/her insertion into his/her sociohistorical milieu. He/she is a human being bearer of culture and competent enough to participate in the construction of his/her history and of society. In this line of reasoning this text aims to bring to the debate reflections on the question posed by contemporary theorists who qualify the twentieth century as «the century of childhood», considering that the advances pointed above occurred in this period of our history. However, the actual condition of child, particularly in our country, does not correspond to what this slogan intends to express. Studies in various fields of knowledge advocate that every child has the right to live with dignity and that adults and the society as a whole, prominently the government, must guarantee his/her a healthy and safe childhood, in situations that foster his/her curiosity and creativity. It concerns to the twenty-first century educators to intervene in the history of childhood and Early Childhood Education in order to turn this speech into reality.

Key-words: Childhood. Child. Scenarios of Early Childhood Education. Early Childhood Education in the Amazon. Big Trouble and Deviations of Early Childhood Education.

Introdução

Para trazermos à discussão a questão a que me proponho, convém que façamos uma breve incursão sobre pontos de extrema importância, que é a situação da infância em nossa contemporaneidade. Isso nos leva a refletir sobre processos políticos deflagrados no último século, como a Declaração dos Direitos Humanos, uma iniciativa das Nações Unidas objetivando coibir a repetição da barbárie encenada nos dois grandes conflitos mundiais que marcaram aquele século. Também é necessário que destaquemos a Declaração dos Direitos da Criança em decorrência de avanços políticos que mudaram a concepção de infância. Esses marcos se concretizaram em grande medida com a contribuição dos diferentes campos do conhecimento como a Psicologia, a História, a Sociologia, a Antropologia, a Pedagogia, que trouxeram fundamentos que possibilitaram a compreensão da criança como ser humano complexo que vive um momento específico de sua existência, tempo de acelerados processos que possibilitam sua inserção no meio sociohistórico em que convive.

Teóricos de diferentes áreas do conhecimento deram contribuições fundantes para a educação de crianças. No Brasil, outro processo político importante contribuiu para dar visibilidade à criança e tirá-la da condição de invisibilidade social em que era colocada. Refiro-me aos movimentos populares na luta por água, luz, moradia, urbanização de favelas e, de um modo geral, o movimento de mulheres por direito ao acesso ao mercado de trabalho (sobre esta questão ver Costa 1985; Silva 2008). Esses movimentos incluíram nas pautas de reivindicações os direitos dos/das trabalhadores/as e das crianças a creches e pré-escolas. Nosso objetivo é trazer ao debate reflexões sobre a questão posta por Zabalza (2003) e Sacristán (2005). Esses dois teóricos polemizam de forma paralela o adjetivo atribuído ao século XX, qualificado como o “século da infância”.

A argumentação de Zabalza (1998, p. 64) apoia-se no que ele chamou de “identidade negativa”, o que corresponde à invisibilidade social e política da criança.

Estamos falando de uma criança cujas primeiras páginas do álbum de família estão manchadas com certas características de “identidade negativa”, a saber: a identidade da criança-adulto e a identidade da criança-filho – aluno(a). Somente nas páginas do álbum correspondentes ao Século XX reconhece-se à infância a identidade de sujeito social, sujeito de direitos.

A posição do autor é a de reconhecer que a criança até pouco tempo atrás somente era reconhecida considerando a presença e a partir da representatividade do adulto, sendo que sem o adulto a criança era como que socialmente invisível.

Sacristán (2005, p.16) situa a questão considerando a posição da criança como aluna, portanto, integrada no sistema escolar. Para esse autor, essa posição não é de centralidade, uma vez que “Este ainda é magistrocêntrico (visto a partir dos professores), logocêntrico (dependente dos conteúdos mínimos ou sociocêntrico (olhando as necessidades sociais) do que alunocêntrico (centrado no aluno)”.

Na citação acima, o autor refere-se ao aluno e não à criança. No entanto, se universalizarmos essa compreensão, tomando como referência a criança institucionalizada, e a escola é uma instituição, chegamos à compreensão de que a criança, nas instituições educativas (pré-escolas, escolas, etc), ainda não é percebida como o centro dos processos ali deflagrados com vistas aos objetivos intrínsecos aos processos educativos, aos esforços dirigidos com a finalidade de se desenvolver esses processos, tendo em vista o bem estar dessa criança assim como sua autorrealização processual como pessoa.

Na possibilidade do reconhecimento real em nossa sociedade, no que diz respeito à criança, do seu espaço de “sujeito social” e “sujeito de direitos”, a relação da criança com a instituição educativa estaria expressando essa perspectiva de relacionamento, concepção essa que está na base do pensamento de teóricos que dedicaram esforços na compreensão do crescimento, do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição da criança como parte de uma sociedade complexa.

Tal reflexão traz à tona fatos e processos ocorridos na virada do século passado para este

século, como o aprofundamento da globalização econômica e cultural por que passam as sociedades, o atual alinhamento das chamadas grandes potências com o projeto de economia neoliberal e o ingresso das novas gerações (crianças e adolescentes) na sociedade por meio da relação de mercado e, mais recentemente, pela visão midiática.

O cenário sociopolítico nos traz avanços, ainda que de forma contraditória, caracterizados por reconhecimento de direitos universais, pela conquista da condição de cidadania, no Brasil, de maneira exemplar, a partir da Constituição Nacional de 1988, quando foram construídos subsídios legais que acenam para o reconhecimento da criança como sujeito de direito. No entanto, na maioria dos países, como no nosso, essa condição não condiz com a realidade. Os relatórios do UNICEF dos últimos anos (de 2004 a 2009), sobre a Situação Mundial da Infância, nos mostram indicadores alentadores de que as nações despertam para o combate de problemas sociais que historicamente comprometeram as condições de vida e desenvolvimento da criança nos diferentes países e em diferentes situações, mas também revelam aspectos contraditórios e comprometedores da vida e do desenvolvimento de crianças em várias regiões do planeta. No caso brasileiro, basta que direcionemos nossos olhares para os noticiários televisivos, ou ainda escritos e falados, que nos depararemos com situações de extremo constrangimento para nossas crianças e comprometimento da consolidação do processo de construção de uma sociedade em que os direitos dos seus cidadãos são respeitados.

- Os relatórios da UNICEF sobre a situação da infância (2004; 2009) nos dizem que:
 - a) caiu acentuadamente no Brasil a taxa de mortalidade de crianças de menores de cinco anos e particularmente de bebês menores de um ano, embora essa ainda permaneça alta em países pobres e naqueles considerados em desenvolvimento;
 - b) a taxa de desnutrição infantil continua alta em diferentes países do mundo;
 - c) com o aparecimento do vírus HIV, temos um novo complicador no cenário de vida e saúde das crianças da nossa contemporaneidade, que é a presença

de pais, mães e criança infectados pelo vírus e a presença de crianças órfãs em decorrência dessa situação ainda não solucionada pelos avanços da ciência e da técnica; d) No Brasil, negros e indígenas, e entre esses crianças de diferentes idades, formam dois grandes grupos de populações que mais sofrem práticas de exclusão social, práticas essas de efeito perverso embora, muitas vezes, apresentem-se com aparência sutil no cotidiano escolar, familiar etc.; e) na sociedade brasileira, um percentual elevado de profissionais da educação não conhecem o conteúdo do Estatuto da Criança e do Adolescente, instrumento de relevância para o balizamento das relações escolares e familiares.

- Notícias veiculadas nos jornais de nossa sociedade nos mostram um cenário dramático do qual nossas crianças são figurantes. Como exemplo, o jornal A Folha de S. Paulo (04/03/2004), no qual uma manchete revela o grave problema da morte das crianças indígenas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, basicamente por desnutrição e agravamentos da condição de vida. Outra notícia sobre a infância é ainda publicada nesse jornal, relativa a fatos ocorridos na França, dessa vez, trata-se do caso de crianças vítimas de pedofilia.
- O relatório preliminar da Agência UNAMA de Comunicação pelos Direitos da Criança e do Adolescente (2008) constata o elevado índice de agressão à criança, quer na forma mais explícita de agressão física, quer em manifestações mais sutis. Consideramos todos esses fatos como manifestações de discriminação, exploração e de imposição à criança a situações de constrangimento e humilhação, subtraindo aos pequenos oportunidades de acesso ao seu crescimento como ser humano que precisa ter seu espaço e seus direitos reconhecidos como forma de assegurar seu bem estar e seu tempo

de infância. Essas situações acontecem cotidianamente, por exemplo, quando seus responsáveis são obrigados a entrar em filas de espera na tentativa de garantir vagas para matrículas em instituições de Educação Infantil. Notícias como essas fazem parte do nosso cotidiano.

A invisibilidade social da criança e as mazelas decorrentes dessa situação atravessam séculos e dizem respeito à compreensão que nossa sociedade construiu de infância. Durante toda a história da humanidade, a concepção de criança manifesta nas relações societárias oscilou entre dois pólos: de um lado, o de “adulto em miniatura” e seu parceiro natural e de outro, a concepção de criança indefesa e pura. Esses conceitos se articulam com as práticas de convivência social como a exploração infantil em todos os sentidos, e a antecipação da entrada da criança no mundo adulto, de um lado e de outro, a paparicação, que se caracteriza por basicamente tratar a criança como um ser indefeso, incompetente, portanto, imbecilizado¹. Essa concepção, que atravessa séculos, articula-se com a ausência de políticas públicas destinadas à infância nas diferentes sociedades e ainda há a presença de programas e condutas comprometedoras do tempo de infância.

Ainda que caiba ao profissional de Educação Infantil desenvolver seu trabalho diretamente voltado para a educação da criança em instituições específicas, caberá a ele comprometer-se pela causa da infância. Não poderá, portanto, perder de vista os grandes problemas que envolvem e marcam as vidas de meninos e meninas, na sua condição concreta. Reconheço a complexidade do tema a que me proponho abordar e opto por desenvolvê-lo na forma de um estudo teórico dentro seguinte escopo: 1) caracterização da Educação Infantil; 2) grandes problemas e desvios (comentando o acesso e permanência, condições de infraestrutura, qualificação de profissionais e a questão pedagógica; 3) o papel do município (sobre financiamento e responsabilidades; 4) considerações finais.

1 Caracterização da Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e passou a esse *status* com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394 / 1996. Pode ser ofertada em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos. Os dispositivos legais atuais estabelecem o limite do último período para cinco anos e onze meses de idade e não mais seis anos. Dessa determinação, decorre que a Educação Infantil é destinada às crianças cuja faixa de idade corresponde à primeira infância. Tal denominação “primeira infância”, segundo Dahlberg, Moss e Pence (2003), é utilizada em muitos países, compreendendo os seis primeiros anos de vida.

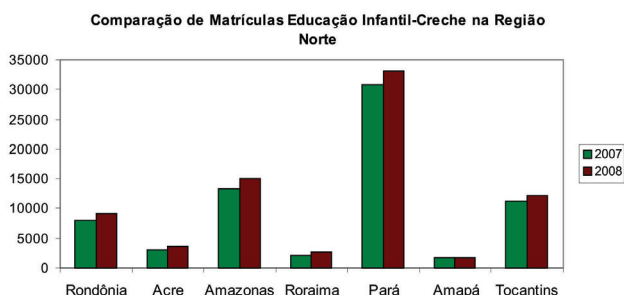
Estudos em diversos campos do conhecimento revelam que as crianças, de um modo geral, precisam viver a infância em ambientes enriquecedores, que favoreçam o seu brincar, as descobertas e a sua aprendizagem e que promovam um crescimento sadio. O meio socioambiental deve lhes proporcionar interações em uma ambiência enriquecedora, em amplas e diferentes relações com o meio físico e social que lhes assegure uma formação e um crescimento saudáveis.

No esforço em qualificar esse nível de ensino, cabe-nos retomar aqui fatos denotativos da condição da criança em nossa sociedade, como o direito à educação para crianças em idade de até 6 anos, o que somente foi conquistado a partir da Constituição Federal de 1988 e das legislações complementares – Lei nº 9.394 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei nº 8.069 - Estatuto da criança e do Adolescente – ECA, como resultado de lutas sociais das mulheres das periferias urbanas, das feministas e dos/as trabalhadores/as em geral e das categorias da sociedade civil organizada conforme o mencionado acima. Com isso, a criança adquiriu o direito de frequentar instituições especialmente organizadas para garantir-lhes a educação e o cuidado em função do período peculiar do seu desenvolvimento, com profissionais qualificados/as e em ambientes

¹ Sobre esta questão, ler Áries (1981); Kulmann Jr. E (2001); Fraiboni (1998).

que as respeitem e lhes possibilitem viver com dignidade o seu tempo de infância.

O cenário que temos da Educação Infantil em nossa região, quanto ao volume de matrículas, é demonstrado no gráfico e tabela a seguir. Observamos o número de matrículas na Educação Infantil-creche nos estados da região Norte. Nesse gráfico fica demonstrado que o estado do Pará apresenta o maior número de matrículas na modalidade creche.



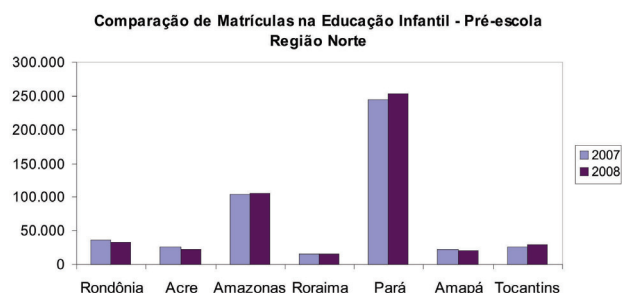
Fonte: MEC/Inep/Deed.

Comparação de Matrículas na Educação Infantil-Creche na Região Norte.

Unidade da Federação	Comparação de Matrículas na =Educação Infantil - Creche			
	Matrículas		Diferença e Variação =Percentual	
	2007	2008	N	%
Rondônia	7.935	9.150	1.215	15,3
Acre	3.003	3.617	614	20,4
Amazonas	13.231	15.013	1.782	13,5
Roraima	2.046	2.673	627	30,6
Pará	30.869	33.088	2.219	7,2
Amapá	1.717	1.667	-50	-2,9
Tocantins	11.193	12.081	888	7,9

Fonte: MEC/Inep/Deed.

O gráfico e a tabela a seguir apresentam a comparação de matrículas na Educação Infantil, modalidade Pré-escola, na Região Norte. O cenário demonstra um discreto crescimento quanto à quantidade de crianças matriculadas nos dois anos de referência. Um outro indicador presente no cenário é o destaque do Estado do Pará entre os demais estados da Região, apresentando o maior número de matrículas nos anos de 2007 e 2008.



Fonte: MEC/Inep/Deed.

Comparação de Matrículas na Educação Infantil - Pré-escola Região Norte

Unidade da Federação	Comparação de Matrículas na =Educação Infantil - Pré-Escola			
	Matrículas		Diferença e Variação =Percentual	
	2007	2008	N	%
Rondônia	35.593	33.631	-1.962	-5,5
Acre	25.671	22.104	-3.567	-13,9
Amazonas	104.207	105.963	1.756	1,7
Roraima	15.285	14.952	-333	-2,2
Pará	244.076	252.495	8.419	3,4
Amapá	22.094	20.496	-1.598	-7,2
Tocantins	26.842	28.901	2.059	7,7

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Quanto ao perfil da Educação Infantil, a Resolução do Conselho Nacional de Educação² determina que às turmas de Creche e Pré-escola sejam asseguradas propostas curriculares direcionadas às necessidades e especificidades infantis. Atividades, dinâmicas e de rotina, devem ser condizentes com as possibilidades e interesse da criança de até seis anos de idade.

Em consideração a essas especificidades, consideramos inadequado antecipar, para esse nível de educação, padrões de condutas e exigências pedagógicas que pressuponham antecipação da escolarização apropriada aos níveis de educação seguintes, como a orientação da programação educativa por um currículo conteudístico, a proposição de padrões avaliativos que pressuponham a aplicação de provas e testes ou a realização de tarefas com a finalidade de atribuição de notas e conceitos com o objetivo de promoção ou retenção de crianças em um nível identificado como 1º, 2º, Preparatório, ou ainda Jardim I, Jardim II e Alfabetização, conforme tenham estruturado e convencionado as instituições.

² Parecer CEB 22/98, aprovado em 17/12/1998 (Processo 23001.000196/98-32).

O importante é que o educador entenda que a proposta educativa a ser desenvolvida na Educação Infantil deve levar em conta as possibilidades e interesse da criança, seu bem estar, seu acolhimento como ser humano, portador de cultura e sujeito de sua história, em momento específico de sua existência, a quem deve ser proporcionada uma oportunidade de crescimento e formação para a autonomia e para a realização da sua humanidade.

2. Grandes Problemas e Desvios

2.1 Acesso e permanência

O acesso e a permanência da criança em instituições de Educação Infantil nos levam a refletir sobre questões da oferta desse nível de ensino, qualidade dessa oferta e acesso da família às instituições.

Reflitamos primeiramente sobre a oferta. Precisamos considerar que, sendo o Brasil uma República Federativa, que tem como vetor da gestão pública o princípio de colaboração entre os diferentes entes federados, é de responsabilidade de todos esses entes (Estado, Município, União e Distrito Federal) assegurar a essa faixa da população acesso à educação. Os dispositivos legais já mencionados determinam os estados como responsáveis pela organização, manutenção e desenvolvimento do seu sistema educativo e a definição, junto com os municípios, de formas de colaboração e planejamento para a gestão da Educação Básica. Aos municípios, de forma similar, compete a organização, manutenção e desenvolvimento dos órgãos e instituições municipais, devendo integrar-se às políticas da União. Os municípios têm também a competência de criar normas complementares para autorizar, credenciar e supervisionar estabelecimentos do seu sistema de ensino. Com o processo de municipalização do ensino, coube aos municípios a maior responsabilidade pela Educação Infantil.

Defendemos que a operacionalização da colaboração prevista pela nossa Carta Magna e leis subsequentes poderá assegurar a implantação e a ampliação da oferta da Educação Infantil, conforme o desejável, a todos os municípios brasileiros e que essa oferta apresente qualidade social inculturada, o que significa uma qualidade contextualizada.

Sobre a qualidade da oferta da Educação Infantil a que nos referimos, precisamos pensar em indicadores, entre outros que mencionaremos a seguir, como a formação de profissionais para o trabalho nesse nível de educação. Sobre esse aspecto, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172 de janeiro de 2001, definiu metas para o setor, projetando os dez anos seguintes. No tocante à formação de professores da Educação Infantil, esse dispositivo legal faz a seguinte previsão: em cinco anos todos devem ter adquirido escolaridade em nível médio e, em dez anos, 70% devem ter escolaridade em nível superior. A observação dessa medida significa, de um lado, imprimir melhor qualificação aos quadros de profissionais que se dedicam à Educação Infantil, para lhes dar melhores condições de realização do seu trabalho e, de outro, investir na formação de novos quadros.

Os dados do INEP (2008) nos mostram que as matrículas na Educação Infantil mantêm-se estáveis, não havendo, portanto, evasão importante de crianças das instituições educativas direcionadas a esses pequenos. A princípio, podemos considerar esse um fato positivo. Se, no entanto, considerarmos o fator crescimento da população infantil nos estados do Norte Brasileiro, podemos inferir que há um número considerável de crianças sem acesso à educação nesta região³.

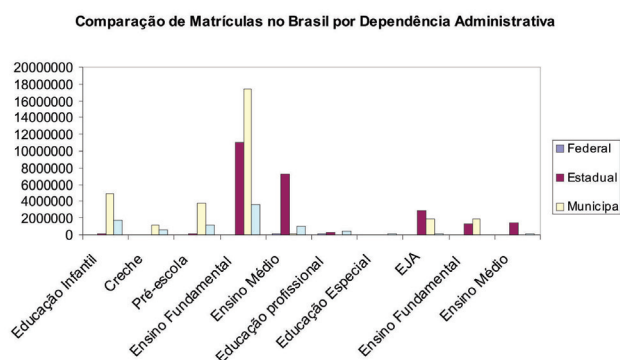
2.2 Condições de Infraestrutura

Um outro aspecto determinante para garantir a qualidade da Educação Infantil a ser considerado é definido pelas condições físicas das instalações em que são feitas as ofertas de matrículas. Ainda não são raras as situações em que a educação da criança pequena é ofertada em casas alugadas, prédios adaptados, espaços cedidos, quase sempre comprometendo a qualidade do trabalho de docência nestas turmas. Com estruturas precárias, instalações elétricas, hidráulicas e outras comprometidas, sem espaço externo adequado necessário ao livre brincar da criança, para a sua recreação dirigida e para o desenvolvimento de atividades diferenciadas ao ar livre, esses espaços, muitas vezes, constituem

³ Sobre essa questão, focando especificamente o Estado do Pará, ver documento do Fórum de Educação Infantil do Pará – FEIPA

uma verdadeira ameaça à segurança da criança e dos profissionais envolvidos. Há ainda espaços em prédios públicos escolares, destinados à Educação Infantil, totalmente desqualificados para constituir um cenário em que a Educação Infantil aconteça conforme o pleiteado nos dispositivos legais.

Os espaços destinados à Educação Infantil precisam ser planejados para este fim, considerando as necessidades da criança em movimentar-se, em brincar, em seus direitos em viver desde os seus primeiros anos de vida em um ambiente culturalmente rico, seguro, confortável, agradável e estético, o que significa um espaço higiênico, com boas instalações sanitárias, com ventilação e iluminação natural adequada; ser prédio térreo e possuir ampla área externa, com pequenos jardins, hortas e outras áreas que venham nutrir e desafiar a curiosidade, os devaneios da infância e as necessidades postas por um ser humano em acelerado desenvolvimento, buscando conhecer o mundo.



Fonte: MEC/Inep/Deed.

Comparação de Matrículas no Brasil por Dependência Administrativa

Etapas/Modalidades da Educação Básica	Matrículas na Educação Básica - Dependência Administrativa			
	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Educação Infantil	2238	112546	4878475	1726002
Creche	1121	7365	1134944	608306
Pré-escola	1117	105181	3743531	1117696
Ensino Fundamental	25622	11000916	17442158	3618004
Ensino Médio	82033	7177377	136167	970523
Educação profissional	77074	257543	29191	431651
Educação Especial	820	46795	66834	205475
EJA	9745	2838264	1948027	149388
Ensino Fundamental	747	1361403	1890174	42916
Ensino Médio	8998	1476861	57853	106472

Fonte: MEC/Inep/Deed.

O gráfico e a tabela acima nos revelam uma acentuada diferença entre a população de crianças

matriculadas em instituições municipais e aquelas matriculadas nas instituições privadas.

A questão do espaço destinado à Educação Infantil nos inspira pensar na dotação desse espaço com mobiliários, equipamentos, brinquedos e materiais diversos que possam criar um ambiente favorável à realização de atividades pelas crianças, atendendo suas necessidades. Estudos e pesquisas recentes mostram quão importante seria para a sociedade e para as próprias crianças, de modo particular, considerar o ponto de vista dessas mesmas crianças sobre aspectos que precisam ser contemplados na composição de espaços destinados à sua convivência. As crianças, a despeito do que os adultos pensam sobre elas, sabem o que é necessário ao seu bem estar e que traz tantos benefícios ao seu crescimento, desenvolvimento e autorrealização. Nós adultos é que precisamos saber decifrar as mensagens presentes nas diferentes linguagens infantis. Sobre essa questão Tonucci (2005, p. 22) faz a seguinte afirmação: “O problema é que o adulto deve saber descobrir aquilo que está escondido nas entrelinhas das frases das crianças, retirar delas todas as possíveis conseqüências e os possíveis benefícios.”

Sendo uma determinação legal, aprovada em instância legítima, cabe aos diferentes entes da Federação operacionalizar a dimensão colaborativa de suas diferentes esferas, com o objetivo de garantir a essa camada da população uma educação de qualidade.

Uma outra questão relevante para se refletir sobre a qualidade da oferta da Educação Infantil é a necessidade de compor para um atendimento completo, equipes multidisciplinares compostas de profissionais dos diferentes ramos da educação. Além disso, é necessário que as equipes sejam integradas por profissionais do Serviço Social, da Saúde, da Nutrição e da Psicologia. É importante que, no desenvolvimento dos projetos pedagógicos das instituições, sejam eventualmente envolvidos ainda profissionais da Antropologia, da Sociologia, que possam estar garantindo um embasamento sólido a cada iniciativa e do Direito, para que possam estar esclarecendo as famílias envolvidas acerca dos direitos da criança, ainda uma novidade em nossos meios educacionais e

em famílias de diferentes camadas sociais.

No que diz respeito ao acesso e permanência da população infantil às creches e pré-escolas, precisamos considerar, primeiramente, que, embora a Educação Infantil seja hoje o primeiro patamar do Ensino Básico, ela não se constitui como um nível obrigatório de ensino, conforme o Ensino Fundamental. É obrigação do Estado, (entendido aqui como governo), ofertá-la, garanti-la a quem dela precisar ou estiver interessado, mas não é obrigatório para as famílias matricularem suas crianças em idade de até 05 anos em creches e pré-escolas.

Sabemos que a demanda por esse nível de educação é muito superior à oferta garantida pelo setor público, do que decorre a exclusão de um grande número de crianças das camadas menos favorecidas com respeito à oportunidade de educação nas instituições públicas. É necessário entendermos que a garantia da Educação Infantil de qualidade não é apenas direito da criança, mas também de homens e mulheres trabalhadores(as) e da família como um todo, significando que a não garantia desses direitos pelos setores competentes constitui-se o não cumprimento de dispositivos legais importantes, que têm o objetivo de incidir na construção de uma sociedade igualitária e não excludente. Sabemos que a retração do poder público em garantir essa oferta de serviço à população abre espaço para a iniciativa privada e para o fortalecimento do mercado da Educação Infantil, a que somente têm acesso àqueles(as) que têm condições financeiras para pagar o alto preço cobrado por esses serviços.

Sabemos que nossas crianças das camadas despossuídas, ou filhos de pais trabalhadores, ou ainda crianças integrantes de grupos excluídos, que não têm à sua disposição uma infraestrutura adequada, continuam entregues a sua própria sorte. Quando sozinhas em sua moradia, ou em companhia de outras também crianças, em amplos períodos do dia, ficam à mercê dos acidentes domésticos e de outras situações ameaçadoras da integridade infantil. Em áreas consideradas de maior periculosidade, essas crianças sofrem o risco da exploração sexual, do trabalho precoce e de outras situações também aviltantes. Disso, depreendemos, que, embora

a lei seja para todos(das), e não apenas para àqueles/as considerados/as menos favorecidos/as e despossuídos/as, no âmbito do poder público, somos levados a pensar primeiramente nas camadas excluídas da nossa sociedade, uma vez que outros grupos podem pagar por estes serviços à iniciativa privada. O acesso e a permanência da criança na Educação Infantil depende, portanto, da oferta desses serviços pelos setores competentes e do interesse da família. Esse último elemento depende muito da credibilidade que as instituições de Educação Infantil têm diante das famílias e da compreensão que elas adquirem com respeito ao papel desse nível de ensino na vida de seus filhos. Cabe questionar aqui sobre: as condições de infraestrutura das creches e pré-escolas públicas; das creches e pré-escolas privadas; a presença no município de um conselho de educação competente que possa acompanhar a implantação e oferta de educação à criança conforme os dispositivos legais vigentes, considerando as especificidades das crianças e das famílias regionais, sem perder de vista os aspectos comuns do desenvolvimento, da aprendizagem e do direito da criança hoje.

2.3 A Qualificação de Profissionais

A qualificação do professor para a Educação Infantil é um desafio não apenas para as agências formadoras, como também para gestores de instituições de Educação de crianças pequenas. A união de esforços dos diferentes entes federados (Estados, Municípios e União) poderá garantir a instalação de cursos de nível médio e superior de qualidade, voltados para a formação desse profissional. É ainda importante considerar que não apenas a formação inicial é relevante para a melhor qualificação de profissionais para esse nível de docência, mas a formação continuada também, o que exige dos diferentes sistemas de ensino permanente investimento em programas e projetos de formação continuada do profissional de Educação Infantil, de modo a possibilitar-lhes situações de permanente avaliação e recriação de suas práticas. A questão pedagógica está muito ligada às condições de trabalho do profissional de Educação Infantil. Todos os requisitos para uma Educação Infantil de qualidade social, citados até

aqui, são definidores do perfil do trabalho realizado em turmas de Educação Infantil. No entanto, o que mais está ligado à qualidade do trabalho realizado em sala de atividades, às relações adulto-criança, à relação escola-comunidade e às relações escolares em sua totalidade são a formação do docente da Educação Infantil e as condições concretas de trabalho desse profissional.

É com essa formação e com as condições concretas que o profissional irá construir o projeto político pedagógico institucional, irá delinear as relações considerando os diferentes segmentos da instituição, as relações extrainstitucionais, os níveis de colaboração necessários ao exercício de princípios construtores de uma cidadania plena. Assim como a construção de relações, a escolha de procedimentos, métodos e técnicas ocorrerão com maior coerência em decorrência do nível de formação e envolvimento dos profissionais.

Entendo que caberá às agências formadoras, a pesquisadores e profissionais desse campo da educação a promoção de eventos que possibilitem o debate sobre questões polêmicas a respeito da formação docente para esse nível de educação, sobre os aspectos pedagógicos do seu trabalho, os problemas da infância em nossa realidade loco-regional, etc. Esses debates têm um efeito positivo na formação de educadores, tendo o papel de despertar-lhes o interesse em aprofundar estudos no campo em questão. Caberá aos gestores criar e consolidar políticas voltadas para a garantia de boas condições de trabalho ao profissional de Educação Infantil, como salários justos e atraentes para manter um quadro qualificado a serviço da educação da criança pequena.

3. Papel do Município

3.1. Financiamento e Responsabilidade

Tornar a Educação Infantil o primeiro patamar da Educação Básica exige que se defina nos planos de educação a dotação de recursos para sua implementação e execução. A chegada do FUNDEB foi aplaudida ainda que como política temporária destinada a repassar verbas para financiamento da Educação Infantil, enquanto

se aguarda da gestão pública um dispositivo de política fixa destinado ao respaldo desse nível de educação.

As famílias com suas crianças vivem seu cotidiano em um município, porém suas vidas estão relacionadas com a totalidade da estrutura social. Essa questão nos remete ao entendimento da necessidade da criação de políticas nacionais de Estado e não apenas de Governo, com caráter emergencial e transitórias como o FUNDEB. Precisamos de políticas que promovam a ação colaborativa por parte dos diferentes entes federados, mas que sejam fixadas por dispositivos legais duradouros e estruturantes da vida nacional. Estados, União e Municípios devem estar unidos no trabalho a favor da Educação das nossas crianças.

Considerações Finais

Retomamos aqui a questão posta no início desta elaboração, qual seja, o fato de que vivemos uma contemporaneidade que testemunhou o século XX como aquele que trouxe grandes contribuições para que a vida de nossas crianças acontecesse em um plano de dignidade, principalmente no tocante à sua educação e desenvolvimento, contribuições que garantiram que elas fossem entendidas como são hoje, no plano teórico e legal, no cenário mundial e particularmente no Brasil, sujeitos sociais de direitos e portadoras de cultura. O cenário possível de ser construído nos mostra que há avanços na compreensão da infância e que há sinais de que setores da sociedade estão comprometidos em garantir à criança espaço de legitimidade em uma sociedade historicamente excludente. No entanto, ao reconhecermos esses avanços, entendemos que, para que se torne realidade no século XXI o sonho de muitos que nos antecederam e ainda para que possamos garantir às nossas crianças o exercício de sua cidadania desde a tenra idade, urge que sejam criados nas instituições espaços sociopolíticos para que a criança participe desde a mais tenra idade na construção de uma sociedade de inclusão, que supere as fissuras que até hoje marcam a nossa estrutura social.

Referências

- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.
- BRASIL. MEC. INEP DEED. *Censo Escolar*. 15/01/2008
- BRASIL. MEC. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter e PENCE, Alan. *Qualidade na Educação da Primeira Infância: perspectivas pós-modernas*. Trad. Magna França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Ed. 4 de março de 2005.
- FRABBONI, Franco. A Escola Infantil entre a Cultura da Infância e a Ciência Pedagógica e Didática. In. ZABALZA, Miguel. *A qualidade em educação infantil*. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Meninas, Educação e Desenvolvimento. In. *Relatório Situação Mundial da Infância 2004*. Versão em português. UNICEF do Brasil. Brasília. 2004.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009*. Versão em Português. UNICEF do Brasil. Brasília. 2008.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- MEC - Inep/Deed.
- NASCIMENTO NETO, Sebastião Alves do & PAULILLO, Vera Lúcia Anselmi Melo (Org.). *Município Feliz – Educação Infantil*. Carapicuíba-SP: Fundação Orsa Criança e Vida, 2003.
- SACRISTÁN, José Gimeno. *O Aluno como Invenção*. Porto Alegre: ARTMED, 2005.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985
- SILVA, Izabel de Oliveira e. *Educação Infantil no Coração da Cidade*. S. Paulo: Cortez, 2008.
- TONUCCI, Francesco. *Quando as crianças dizem: agora chega!* Porto Alegre: Artmed, 2005
- UNAMA. *O relatório preliminar da Agência UNAMA de Comunicação pelos Direitos da Criança e do Adolescente*. Belém. PA. 2008.

Sobre a autora

Maria Olinda S. de Sousa Pimentel

Dra. em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP SP. Profa. aposentada da UFPA. Especialista em Educação Infantil.

E-mail: mo_linda2004@yahoo.com.br

Recebido em: 16/08/2011

Aceito para publicação em: 25/09/2011